

## **Ganhar o Futuro com (a) Educação**

**Sra. Presidente da ALRAA**  
**Sras. e Srs. Deputados**  
**Sr. Presidente do Governo**  
**Sra. e Srs. Secretários Regionais**

Começo por congratular todos os deputados, na pessoa da nossa Presidente, e, todos os membros do XI Governo, na pessoa do seu Presidente, certa que em conjunto faremos um trabalho profícuo para bem das Açorianas e Açorianos durante os próximos 4anos.

E são exactamente os próximos 4 anos e as políticas da área da Educação que me trazem, hoje, à tribuna. Faço-o com gosto, consciente que é um desafio grande, mas crente que temos créditos firmados, no sector, que permitem garantir-nos Renovar com Confiança para Ganhar o Futuro com (a) Educação, durante esta legislatura.

Ontem (dia 20 novembro) a Comissária Europeia responsável pela Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude afirmou: *“Repensar a educação não é apenas uma questão de dinheiro: embora seja inegável que precisamos de investir mais na educação e na formação, é evidente que os sistemas educativos também necessitam de se modernizar e de se tornar mais flexíveis no modo como respondem às necessidades reais da sociedade de hoje. A Europa só retomará a via do crescimento sustentado se produzir pessoas altamente qualificadas e versáteis, que possam contribuir para a inovação e para o empreendedorismo. Esse objetivo é alcançável por meio de um investimento eficiente e bem orientado, mas não pela redução dos orçamentos para a educação.”* Estas declarações foram na apresentação da nova estratégia europeia intitulada *Repensar a Educação*.

Ao ler este comunicado e o relatório Eurydice sobre o ensino das competências chave na Europa, publicado no dia anterior, só nos

podemos sentir confortados e confiantes, na boa concretização das políticas para a Educação que o XI Governo nos traz aqui hoje, a debate.

Digo confortados porque o, hoje, presidente do governo, Vasco Cordeiro, já o havia dito durante a campanha, antes dos relatórios ou das estratégias europeias esta semana publicadas serem conhecidas.

Disse-o, a 27 de março quando afirmou que era necessário “reforçar a educação como um contribuinte activo para a qualificação da sociedade e para reforço da competitividade dos Açores” e que “a Escola deve ser um espaço de empreendedorismo, de inovação, de excelência e de mérito, mas também de responsabilidade, de exigência e de disciplina”.

Disse-o quando afirmou, a 20 de julho, que era necessário reforçar a Formação Profissional na perspectiva que esta “seja, verdadeiramente, uma ferramenta colocada ao serviço da empregabilidade dos nossos jovens, para que consigam melhores empregos e melhor remunerados”. Afirmando que este objectivo pode ser concretizado, por um lado, ao nível da formação inicial dos jovens, dotando-os das condições e das competências para que “possam ter uma entrada mais rápida no mercado de trabalho”, mas também através do reforço da componente do Empreendedorismo nas escolas profissionais.

E o que foi dito pelo partido socialista, no período de campanha, está plasmado no programa que o governo agora nos apresenta, nomeadamente nos objetivos: (i) *Criar uma cultura de responsabilização da comunidade educativa, através do reforço da liderança e das estruturas intermédias das escolas, e da responsabilização simultânea de alunos e encarregados de educação;* (ii) *Promover uma cultura inovadora e empreendedora nos jovens desde os níveis mais elementares da escolaridade obrigatória.*

As medidas que concretizam esses objetivos vão exactamente ao encontro do que se pode ler no comunicado da Comissão Europeia “tomar medidas imediatas para assegurar que os jovens desenvolvem as aptidões e as competências necessárias ao mercado de trabalho e a alcançar as metas em matéria de crescimento e de emprego.”; “reforçar os laços entre o ensino e os empregadores, a trazer as empresas para a sala de aula e a proporcionar aos jovens uma ideia do que é a vida profissional através de uma aprendizagem cada vez mais baseada no trabalho.”

No nosso caso, não é o Estado membro que propõe as medidas, não é o governo de Portugal, da responsabilidade do PSD e do CDS/PP que

propõe, mas sim o Governo da Região Autónoma dos Açores, da responsabilidade do PS, que, aliás, há mais de década e meia vai na vanguarda em políticas de educação.

Temos estado na dianteira, no todo nacional, em matéria de políticas de educação e vamos continuar, considerando as notícias, em catadupa, que nos chegam do governo da república da responsabilidade do PSD e do CDS/PP, que continua empenhado em desmantelar o Ensino Público quer por todas as medidas que tomou até aqui – por demais conhecidas -, quer ainda pela mais recente que consiste na transferência de verbas do ensino obrigatório para financiar o ensino superior, numa clara e continua desvalorização do Sistema Educativo Nacional.

**Sra. Presidente da ALRAA**

**Sras. e Srs. Deputados**

**Sr. Presidente do Governo**

**Sra. e Srs. Secretários Regionais**

Estamos em condições de garantir às açorianas e açorianos tranquilidade e segurança em matéria de Educação. Essa garantia é dada com base em factos, basta atendermos ao que têm sido, e são, as recomendações de instituições internacionais credíveis, como o caso do relatório da OCDE, do passado mês de abril, sobre o estado da educação em Portugal, no qual sobressaiu a necessidade do ensino se centrar mais no aluno.

Com este programa do XI Governo dos Açores o aluno ganha, ainda maior, centralidade no Sistema Educativo Regional através do alcance de objectivos como: (i) *Definir metas pedagógicas e administrativas que, a curto, médio e longo prazo, constituam um preciso e eficaz contributo para a melhoria da qualidade educativa regional, rumo à excelência;* (ii) *Apostar numa oferta formativa diversificada e na reinvenção das abordagens pedagógicas, no sentido de se responder com eficácia aos desafios colocados pelo alargamento da escolaridade obrigatória, pela articulação entre a escola e o meio, e pela conjuntura regional, nacional e internacional.*

Todas as medidas que integram estes objetivos cruzam os compromissos de valorização da função do professor, alegando que ao professor deve estar reservado, cada vez mais, o papel de ensinar e para exercer a função para a qual investiu muito tempo da sua formação; ser sua pretensão

“chamar todos os intervenientes deste sector e, até final do terceiro trimestre de 2013, construir uma verdadeira plataforma de entendimento” para alcançar “um verdadeiro Pacto de Estabilidade que elenque as medidas e que permita garantir a estabilidade do sector ao longo de toda a próxima Legislatura”.

**Sra. Presidente da ALRAA**

**Sras. e Srs. Deputados**

**Sr. Presidente do Governo**

**Sra. e Srs. Secretários Regionais**

Face ao exposto fica bastante claro que também há uma **Via Açoriana na Educação**. Esta constatação torna-se, ainda mais evidente, com a garantia dada, a 1 de agosto, relativamente, por exemplo, à manutenção da Gestão Democrática das Unidades Orgânicas, afirmando então que “No continente e na Madeira, temos processos que não seguem este caminho e é muito importante afirmarmos que, aqui nos Açores, continuamos a honrar este património de um modelo de autonomia e de gestão democrática das escolas que em muito contribuiu para um sistema educativo pujante e para o sucesso dos alunos”.

A Via Açoriana na Educação ganha mais peso se atendermos ao programa do governo nas medidas que visam concretizar os objetivos: (i) *Promover a valorização da carreira docente como fonte de motivação profissional dos docentes e impulsadora da responsabilização pelo desempenho dos alunos e da melhoria do sistema educativo regional;* (ii) *Garantir a consolidação e o aprofundamento da autonomia educativa regional como fator decisivo na valorização de uma cultura identitária açoriana, perspetivando o contexto local, regional, nacional e europeu.*

Estes objectivos tornam-se ímpares, no todo nacional, porque enquanto nos Açores se valoriza a carreira docente e as competências chave no nosso currículo regional do ensino básico, respectivamente, no Continente achincha-se a carreira docente e destruiu-se o quadro de competências chave no sistema educativo nacional em perfeito choque com o preconizado no relatório da Eurydice, onde as competências chave são identificadas pela União Europeia como devendo ser desenvolvidas nos sistemas educativos.

Pergunto: ainda há dúvidas da existência clara de uma Via Açoriana na Educação?

**Sra. Presidente da ALRAA**  
**Sr. Presidente do Governo**  
**Sras. e Srs. Deputados**  
**Sra. e Srs. Secretários Regionais**

Os Açorianos há 40 dias, atrás, foram claros na sua opção: escolheram a verdade do partido socialista de forma bastante expressiva porque é a verdade que melhor tem servido os interesses dos Açores!!!  
Disse.

Horta, Sala das sessões, 21 de Novembro de 2012

A deputada Regional  
Catarina Moniz Furtado

---

(1) Repensar a Educação:

[http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-12-1233\\_pt.htm#PR\\_metaPressRelease\\_bottom](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-12-1233_pt.htm#PR_metaPressRelease_bottom)

(2) Relatório da Eurydice:

[http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic\\_reports/145EN\\_HI.pdf](http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic_reports/145EN_HI.pdf)